

Migração na crise humanitária e sanitária da pandemia

*Alfredo José Gonçalves**

1 INTRODUÇÃO

Citemos, de início, um documento do Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes:

as migrações hodiernas constituem o maior movimento de pessoas de todos os tempos. Nestas últimas décadas este fenômeno, que envolve atualmente cerca de duzentos milhões de seres humanos, se transformou em realidade estrutural da sociedade contemporânea e constitui um problema cada vez mais complexo do ponto de vista social, cultural, político, religioso, econômico e pastoral (PONTIFÍCIO CONSELHO DA PASTORAL PARA OS MIGRANTES E OS ITINERANES, 2004, s/p.).1.

O texto é datado dos primeiros anos do novo milênio, trazendo à tona uma série de desafios emergentes provocados pelo aumento global da mobilidade humana.

As autoridades dos diversos países, da mesma forma que os órgãos internacionais, costumam batizar as migrações de “crise humanitária”, o que vale particularmente para os deslocamentos compulsórios de massa. Não é raro que movimentos desse gênero coincidam com outros tipos de crise, tais como tensões e conflitos nas fronteiras geográficas entre dois ou mais países; proliferação de acampamentos de prófugos e refugiados, em condições sub-humanas; lacunas e precariedade na infraestrutura de políticas públicas urbanas para acolher os recém-chegados; disputa brutal e silenciosa pelos raros, parques, sujos e pesados serviços no campo do trabalho informal; abertura de brechas tanto para o tráfico organizado de seres humanos quanto para situações análogas ao trabalho escravo; exploração sexual e trabalhista de menores, de modo particular os desacompanhados; deterioração da organização, dos direitos e da dignidade dos trabalhadores; diminuição do poder de barganha e de organização destes últimos.

* *Missionário Scalabriniano. Atua na Missão Paz, em São Paulo e é Vice Presidente do SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes.*

Embora com suas especificidades próprias, as coisas se repetem, com a crise sanitária instalada em todo o planeta pela pandemia da Covid-19. As migrações, de fato, em certas ocasiões podem ocorrer, ao mesmo tempo, como causa e efeito de problemas ligados à saúde. Se, por um lado, determinadas epidemias históricas ou catástrofes humanas tendem a desencadear a fuga massiva de pessoas, por outro lado, o mesmo movimento tende igualmente a desmascarar, escancarar e aumentar carências sanitárias nos lugares de destino. Deve-se ter presente, porém, que a ligação entre migração e crise sanitária não é mecânica. Fatores como desemprego ou subemprego, estrutura fundiária e nível de renda, entre outros, entram em jogo.

2 UM OLHAR PELO RETROVISOR

Convém um voo de pássaro retrospectivo, especialmente sobre o século XIX, para evidenciar como a mobilidade humana não raro sofre, sim, de uma doença endêmica. Em muitos casos, os deslocamentos humanos de massa figuram como sintomas aparentes de transformações ocultas e subterrâneas. Uma espécie de ondas superficiais e visíveis que refletem as correntes profundas e invisíveis.

De passagem, podemos citar alguns dados históricos segundo os quais, no período que vai de 1820 a 1920, entre 65 a 70 milhões de pessoas deixaram a Europa em busca de terras novas nos Estados Unidos, Brasil, Canadá, Argentina, Austrália, Nova Zelândia, sem falar dos que se deslocaram no interior do Velho Continente.² Os efeitos perniciosos da Revolução Industrial, associados à doença das batatas no caso da Irlanda, por exemplo, incharam a zona urbana onde cresciam e se multiplicavam as fábricas incipientes, com sua floresta de chaminés poluidoras, como se pode verificar na obra romanceada do grande escritor britânico C. Dickens (2010; 2012; 2016).³ Os historiadores, com razão, falam do “século do movimento”: movimento de máquinas, de trens, de carros e de vapores, mas, sobretudo, movimento de pessoas.

O filósofo F. Engels (2010), por sua vez, escreve, em 1845, sobre as condições insalubres em que se moviam os trabalhadores e trabalhadoras da indústria nas cidades inglesas⁴, incluindo crianças entre 5 a 15 anos. Idêntica preocupação levará o Papa Leão XIII, quase 50 anos mais tarde, a colocar a *condição operária* como subtítulo da Carta Encíclica *Rerum Novarum* (1891), documento inaugural da Doutrina Social da Igreja.⁵ E levará, ainda, o bispo J. B. Scalabrini – considerado o “apóstolo dos migrantes”⁶ – a fundar, nas duas últimas décadas do século XIX, três estruturas eclesiais (de padres, de irmãs e de leigos) para o atendimento dos emigrantes italianos. Em termos concretos, não será exagero afirmar que as migrações transoceânicas, nessa época, representam a febre de um sistema que nasce com o vírus de uma enfermidade estrutural que, de forma simultânea, concentra renda e exclusão social.

Se é verdade que a mobilidade humana é tão antiga quanto a própria humanidade, também é certo que somente a partir da Revolução Industrial nasce o migrante enquanto soldado de reserva do exército que atua nas

trincheiras, dentro das fábricas. O operário é o trabalhador “duplamente livre”, na expressão de K. Marx e F. Engels (2001)⁷: livre da terra e livre para vender sua força de trabalho na cidade. Numa palavra, libertado da gleba para ser livremente explorado. Vale insistir que o mesmo processo que transformou o camponês em operário, retirando de um os meios de subsistência e oferecendo ao outro a oportunidade de vender sua energia, também criou um gigantesco “exército de reserva” que, ainda na expressão de Marx, “não mora, acampa”. Está sempre pronto a levantar a tenda e deslocar-se de acordo com os ventos e as migalhas do capital. O grande problema é que as oportunidades sempre serão inferiores ao número de braços dispostos ao trabalho e de bocas para alimentar.

3 ROSTOS ESPECÍFICOS DA MIGRAÇÃO EM MEIO À PANDEMIA

3.1 *Marinheiros presos em alto mar*

“Com aproximadamente 300.000 pessoas presas no mar durante a pandemia de coronavírus, as tripulações dos navios de carga estão à beira do desastre” (Cfr. Portal do IHU – Instituto Humanitas Unisinos, de 07/08/2020. A reportagem é de Mia Jankowicz, publicada por **Business Insider**, na data de 6 de agosto de 2020. A tradução é de Luisa Rabolini).

De acordo com a reportagem, a situação está se tornando explosiva.

Várias fontes puderam testemunhar ao **Business Insider** quais são as condições a bordo desses navios, onde alguns trabalhadores não tocam terra firme há mais de um ano. Em um relatório publicado em junho pela Federação Internacional de Trabalhadores em Transporte (ITF), os marinheiros falam de crescentes pensamentos suicidas e de uma ‘bomba-relógio’ pronta para explodir em relação aos acidentes a bordo (JANKOWICZ. 2020, s/p.)⁸.

O conteúdo da reportagem prossegue dizendo que “após o fechamento das fronteiras durante a pandemia, milhares de marinheiros – responsáveis pelo transporte de 90% das mercadorias globais – foram obrigados a trabalhar ou permanecer a bordo muito além dos termos do contrato, geralmente com duração de quatro a seis meses” (JANKOWICZ. 2020, s/p.).

Na sequência, a matéria aborda uma série de problemas, como por exemplo, essa generalizada “crise humanitária”. Se, em terra, ela cria situações de medo, angústia e ansiedade, que dizer então quando os trabalhadores a experimentam em meio ao oceano! Disso deriva, ainda segundo a reportagem, a preocupação com a “saúde mental”. Dois desses marinheiros testemunham algo que, para nós, com os pés em terra firme, é difícil imaginar. Afirmam eles que “não puderam ver membros da própria família que morreram durante sua permanência no mar” (JANKOWICZ. 2020, s/p.).

O texto reporta outra afirmação de um desses “trabalhadores que fazem o mundo girar”. Diz ele na reportagem: “As palavras não podem descrever as dificuldades que tive que enfrentar” (JANKOWICZ. 2020, s/p.), afirmou um marinheiro indonésio depois de nove meses no mar. “Às vezes penso que não vou sair vivo disso” (JANKOWICZ. 2020, s/p.).

3.2 Migrantes e refugiados

Com a crise prolongada da pandemia, e em graus diferentes, sobram por todo lado pessoas desempregadas, subempregadas, desenraizadas e itinerantes. Trata-se de trabalhadores e trabalhadoras que poderíamos chamar de “fluidos”, de acordo com o conceito de Zygmunt Bauman (2001)⁹: sem pátria, sem rumo e quase sem endereço fixo. Não possuem qualquer tipo de referência sólida e tanto menos permanente. De acordo com estimativas da ONU, aproximadamente 250 milhões de seres humanos, hoje, não residem no país em que nasceram. Isso sem contabilizar os migrantes internos e/ou temporários, nem o vaivém nos complexos fronteiriços. A imensa maioria deixa o lugar de nascimento devido à violência, às catástrofes climáticas, à guerra e à pobreza endêmica.

Tomemos como ponto de partida duas notícias recentes convergentes sobre a questão migratória em nível global. Primeiramente, de acordo com uma jornalista de um dos principais periódicos brasileiros, “a explosão que destruiu Beirute (...) atingiu em cheio os milhares de sírios que vivem na cidade. País com maior número de refugiados no mundo, proporcionalmente ao número de habitantes, o Líbano abriga cerca de 1 milhão de sírios, que representam um sexto da população do país. Dos mais de 200 mortos pela explosão no porto, no dia 4 de agosto, pelo menos 34 eram refugiados, segundo a agência da ONU para o tema (ACNUR). O número pode ser maior, já que ainda há sete desaparecidos e 124 ficaram feridos, 20 deles com ferimentos graves. Cerca de 200 mil refugiados vivem na capital libanesa”¹⁰.

A segunda notícia chega-nos do norte da África. “Em Zuara [Líbia] os migrantes ‘saudáveis’ são levados para a prisão. Os feridos são deixados ‘livres’, mas sem tratamento. A seleção é feita pelo estado de saúde. Os sobreviventes que ainda conseguem ficar de pé vão para a prisão. Aqueles cobertos de feridas e queimaduras, precisando de atenção e cuidados, são largados à própria sorte para apodrecer. Nas imagens que chegaram do sul de Trípoli pode ser visto, entre outros, um menino da Eritreia, único sobrevivente de um grupo de cerca de dez compatriotas, que conseguiu salvar das chamas o documento com o qual havia sido registrado na Líbia, na agência da ONU para refugiados. Com isso no bolso esperava obter na Europa a proteção que o direito internacional oferece a quem, como ele, foge da violência e da perseguição. No início eram 85, agora 40 estão vivos. Vivos, mas não salvos”¹¹.

Ambas as reportagens – vindas respectivamente do Líbano e da Líbia – centram o olhar sobre os migrantes e refugiados. De início e de imediato, podemos verificar que uma situação, que já era extremamente precária e

vulnerável, agrava-se à máxima potência seja com uma catástrofe inesperada, no caso do Líbano, seja com os efeitos pérfidos e perversos da pandemia, como no caso da Líbia. Mas os desastres de caráter natural ou humano poderiam ser repetidos às dezenas, bem como suas consequências nocivas para quem erra pelas estradas do êxodo, do exílio ou da diáspora. Para os que se veem repentinamente privados de um solo próprio, de um grupo familiar ou de uma terra que possa ser chamada de pátria, toda ameaça contém um duplo risco. Primeiro, o perigo de encontrar fechada a porta que dá acesso ao trabalho e ao sustento da família; segundo, o perigo de expatriação, sempre suspenso sobre a cabeça como uma guilhotina.

Em outras palavras, diante de uma explosão accidental (ou não?!), como a de Beirute; em meio a uma pandemia que estende por todo o planeta seu rastro de mortos, feridos e enlutados; ou por ocasião de uma estiagem ou inundaçã – o imigrante tende a ser sempre o primeiro sacrificado. A ameaça será redobrada se o mesmo não estiver em dia com a documentação. No sentido de salvaguardar a população local, as autoridades, a imprensa e a própria opinião pública não hesitarão em se desfazer do “estranho e intruso”. Por toda a parte, a ideologia da segurança nacional representa o pano de fundo sobre o qual se debatem as leis migratórias. Disso resulta que o migrante ou refugiado serão irremediavelmente escolhidos como os *bodes expiatórios* do momento. E o serão com maior razão quando se tratar de desordens econômicas, sociais e políticas. A situação de desemprego, subemprego e trabalho informal, que deverá seguir-se à pandemia, pesa duplamente sobre os estrangeiros de todo o mundo, a menos que se trate de pessoas que já recriaram suas raízes nos países de destino, ou de técnicos, consultores e altos funcionários das empresas transnacionais. O contexto da pós-pandemia prevê caminhos áridos e íngremes para todos os cidadãos em condições vulneráveis, mas reserva dificuldades mais graves para as multidões de sem pátria que se movem pelo mundo afora.

4 “MODERNIDADE LÍQUIDA”¹² E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A metáfora supracitada “modernidade líquida” no título do livro de Bauman (2001), quando transposta para o campo das migrações, entretanto, traz de imediato três consequências que, entre si, se entrelaçam e se complementam. Primeiramente, vêm da extrema precariedade das relações e dos direitos trabalhistas. Chegamos praticamente ao ponto em que os trabalhadores do mercado informal superam em número aqueles legalizados pelo mercado formal. E mesmo o emprego destes últimos sofre abalos permanentes. Poder-se-ia afirmar que os empregos, tal como eram considerados pelas gerações passadas, foram abolidos e substituídos por serviços (ou bicos) temporários, vulneráveis e mal remunerados. As reformas feitas por distintos governos, especialmente com a ascensão da extrema direita populista e nacionalista, são, em geral, sinônimo de maior precariedade. Os direitos trabalhistas, tão duramente conquistados,

se reconvertem em bens a serem mercantilizados. Saúde e segurança, por exemplo, são passíveis de compra e venda. O ônus recai sobre os ombros dos trabalhadores e trabalhadoras. Daí, o fluxo e refluxo entre trabalho incerto e precário, por uma parte, e o vaivém constante, por outra.

Em segundo lugar, o estado de desigualdade econômica e social cresce a velocidades assustadoras. Mesmo em tempos de crise e de pandemia (ou justamente por causa disso), o sistema de produção capitalista concentra, contemporaneamente, renda e riqueza de um lado, e exclusão social, de outro. Estudos atualizados de Thomas Piketty¹³, em nível internacional, e de Jessé de Souza¹⁴, em nível nacional, desmascaram e escancaram esse fosso abissal, e cada vez mais profundo, na distribuição geral dos frutos do trabalho coletivo. Flagrante claro desse desequilíbrio foi o número de pessoas que, no Brasil, procuram o auxílio emergencial de R\$ 600,00 por ocasião da pandemia do novo coronavírus.

Por fim, poder-se-ia acrescentar o drama dos “refugiados climáticos” já citados. À medida que a ação da ciência e da tecnologia avança sobre a natureza, compromete os diferentes ecossistemas, em particular, e o uso correto e responsável dos recursos naturais, em geral. Várias espécies da fauna e da flora encontram-se sob risco de extinção, o que, na contramão, afeta a qualidade de vida humana. Além disso, o crescimento urbano, decorrente da Revolução Industrial nos países centrais, agora avança sobre os países subdesenvolvidos. Urbanização acelerada, de um lado, e devastação do meio ambiente, de outro, aproximam os animais selvagens da cidade e do contato com os seres humanos. Estudiosos associam esse contato à disseminação de vírus antes desconhecidos, como o ebola e o novo coronavírus. A ser comprovada essa hipótese, claro que outros flagelos estariam a caminho. Constata-se, desse modo, um inegável fio condutor entre o aumento de “refugiados climáticos” e o risco de contágio por outros tipos de epidemias.

5 MIGRAÇÃO INTERNA: FUGA QUE SE TRANSFORMA E NOVA BUSCA¹⁵

No ano de 2020, caracterizado entre outras coisas pela pandemia da Covid-19, o Dia Mundial do Migrante e Refugiado foi celebrado no domingo, 27 de setembro. A mensagem do Papa Francisco para o momento tem como tema: *“Forçados, como Jesus Cristo, a fugir. Acolher, proteger, promover e integrar os deslocados internos”*. Como se vê, o olhar do pontífice está centrado na multidão de migrantes internos, número hoje estimado pela ONU em mais de 45 milhões de pessoas. Aqui pousamos a atenção sobre o que ocorre no interior mesmo de muitos países marcados pela pobreza e pela violência. Seguindo o título da obra do filósofo francês da Martinica, Frantz Fanon, e guardadas as devidas proporções, não seria exagero classificar os migrantes internos como “os condenados da terra”, obrigados a um deslocamento contínuo no interior dos respectivos países¹⁶.

Nesses parágrafos, embora conscientes de que o problema é universal, destacamos as migrações internas no Brasil. Representam, de alguma forma, o povo em fuga e em êxodo permanente em busca de um solo que possa ser chamado de pátria. Exílio e diáspora dentro das próprias fronteiras. Fogem não tanto em razão da falta de terra ou da falta de vontade de cultivá-la, e, sim, em decorrência de uma estrutura fundiária ao mesmo tempo concentradora e excludente. A perda da terra e o desenraizamento das origens podem ser temporários ou definitivos, ou ainda divididos em duas etapas que se complementam: um período de vaivém temporário, que não raro serve de trampolim para uma migração definitiva normalmente para a zona urbana. Evidentemente, a pandemia da Covid-19 torna visíveis diversos rostos feridos de migrantes, ao mesmo tempo que agrava a situação dos que têm sua vida mais vulnerável e ameaçada.

6 VOO DE PÁSSARO SOBRE A HISTÓRIA

Tomando em consideração a história do Brasil, ao longo dos séculos, os vários “ciclos econômicos” são movidos por deslocamentos humanos de massa, como assinala o historiador e padre José Oscar Beozzo (1992). A extração do pau-brasil e da borracha exigiu grandes deslocamentos seja de indígenas que residiam em suas aldeias, quanto de trabalhadores que eram compulsoriamente recrutados. Entre o final do século XIX e início do século XX, no auge da borracha, cerca de meio milhão de nordestinos migraram para a selva amazônica. Com o fim do ciclo, muitos se estabeleceriam ali como populações ribeirinhas¹⁷.

Os ciclos da cana-de-açúcar e do cacau, por sua vez, antes de contar com a mão de obra afrodescendente e escrava, experimentaram o trabalho dos indígenas no eito e no engenho, trazendo-os à força do interior de suas aldeias. A natural resistência indígena ao trabalho de sol a sol levou a optar pela mão de obra africana. E ainda no decorrer do século XVII, o ciclo do ouro desencadeou movimentos intensos, tanto de novos imigrantes portugueses que se instalavam no Brasil, quanto de africanos e/ou afrodescendentes que eram trazidos como escravos do Nordeste, de forma particular para o sertão de Minas Gerais, de Goiás e de Mato Grosso. Com a busca do ouro, a população brasileira se interioriza a partir do litoral.

Não foi diferente com o ciclo do café no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e, hoje, em Minas Gerais. Antes da imigração em massa de italianos como substituição da mão de obra escrava, eram os negros que trabalhavam no eito e no terreiro. De fato, de acordo com o sociólogo José de S. Martins (2010), enquanto o trabalhador era escravo, a terra podia ser livre. Mas quando o trabalhador se tornou livre, a terra teve de ser escravizada. Foi o que ocorreu com a Lei de Terras de 1850, a partir da qual a propriedade legítima da terra podia ser adquirida não mais pelo cultivo, e sim pela compra. O que veio a impedir que os afrodescendentes, após a Lei Áurea, adquirissem um pedaço de chão para

trabalhar por conta própria. Coisa que, de resto, também estaria reservada aos italianos. Até hoje, no sul de Minas Gerais, o café continua contando com a mão de obra de migrantes vindos do Ceará, Maranhão, Piauí, e outros estados¹⁸.

7 OS ROSTOS DESSAS “AVES DE ARRIBAÇÃO”

Começamos pelo desfile de seus rostos mais marcantes e característicos. Temos, de início, os migrantes temporários das safras agrícolas (cana-de-açúcar, laranja, café, tomate, morango, azeitonas, uvas, maçãs, entre outras). Oscilam periodicamente entre o polo de origem e o polo de destino. Antes de retornarem a suas casas, podem fazer mais de uma safra por ano. Por mais paradoxal que pareça, trata-se de uma migração de resistência. Os trabalhadores temporários buscam fora os meios para sustentar a família que ficou ligada à terra. Em outras palavras, migram temporariamente para não o fazer em definitivo. Migrar é uma forma de manter-se na terra. Até o dia em que não der mais para continuar essas idas e vindas mais ou menos regulares, sazonais e periódicas. Abre-se o horizonte do desenraizamento.

Além das safras agrícolas, os trabalhadores temporários também se dirigem para as grandes obras da construção civil (barragens, usinas, estradas, por exemplo). Neste caso, a periodização mantém-se irregular. Tudo depende da duração da obra. Formam, em geral, a mão de obra braçal, como pedreiros, serventes, pintores. Também aqui tentam sustentar a família com o dinheiro ganho à distância. Por isso, não será exagero falar igualmente de migração de resistência. Enquanto os pés e as mãos se encontram no cimento, no ferro e no concreto da obra, o coração, a cabeça e a alma viajam para o lugar de origem. Manter-se com os pés fixos à terra é sua motivação.

Ao lado da migração temporária, não podemos esquecer a continuidade do forte êxodo rural que marca a história do Brasil, de modo particular no decorrer do século XX. Vários estudiosos falam de polos de repulsão e polos de atração. A repulsão estaria ligada às regiões menos desenvolvidas, como o sertão e agreste nordestinos, por exemplo. A atração é representada pelo fascínio e a sedução das luzes da cidade. Evidente que a leitura é bastante simplista. A repulsão e a atração que, à primeira vista, podem parecer mecânicas e automáticas, na verdade contam com outros fatores, tais como, de um lado, a precariedade dos serviços públicos básicos no campo e, de outro, a busca de oportunidades no mercado de trabalho cada vez mais urbanizado.

Depois, a introdução da agroindústria, do garimpo e da pecuária, além de criar poucos empregos, tende a esvaziar a terra para a entrada dos rebanhos de gado e da monocultura. Ela se dá simultaneamente à mecanização do trabalho, seja na extração de minério, seja nas extensas plantações de grãos. A primeira porta de entrada na cidade costuma ser nos serviços gerais, no trabalho doméstico, na construção civil, no comércio ambulante – numa palavra, mais do que a exclusão social, poderíamos reproduzir, ainda desta vez, a expressão de

José de Souza Martins (2010) de “inclusão perversa”. Trata-se de fato de uma inclusão invisível no mercado informal, com todas as consequências negativas que isso traz. Os migrantes internos, na realidade, acabam desempenhando os serviços mais sujos e perigosos, mais pesados e mal remunerados.

Os cuidados com a saúde e com a educação dos filhos são outros fatores decisivos para trocar o campo pela cidade. Primeiro, vem a tentativa de buscar a cidade média mais próxima onde, em geral, as coisas já são um pouco mais avançadas quanto ao ensino primário e secundário. Depois, porém, com a chegada dos estudos superiores e com melhores meios de formação sanitária, a tendência é a migração para a capital do próprio estado. Num terceiro momento, soará a hora de viajar para o sudeste do Brasil, São Paulo ou Rio de Janeiro, onde é mais fácil o acesso à saúde e à educação e onde costumam aparecer distintas e melhores oportunidades de trabalho. Convém ter presente que a dinâmica desse tipo de migração cresce na proporção direta das visitas daqueles que já têm alguma experiência da “cidade grande”, bem como com a revolução dos meios de transporte e da informática. A telefonia celular e o barateamento das passagens de avião exercem aí não pouca influência.

Nos dias que correm, aumentam progressivamente os fugitivos das grandes estiagens, das inundações, dos furacões, dos tornados ou de outras catástrofes climáticas. Retorna, uma vez mais, o tema dos “refugiados climáticos”. A ONU já fala em milhões em todo o mundo. Muitos deles sequer ultrapassam as fronteiras do país. Apenas escapam de regiões atingidas e inóspitas para outras localidades menos sujeitas a tais fenômenos extremados. Neste ponto, não há como deixar de lado, atualmente, as teorias sobre a devastação do meio ambiente, sobre a contaminação do ar e das águas, sobre a desertificação do solo e sobre o aquecimento global. A respeito dos efeitos nocivos de tais excessos, os movimentos ambientalistas e numerosos cientistas há tempo nos têm alertado com frequência.

Num país como o Brasil (e poderíamos incluir uma série de outros países da América Latina e Caribe, bem como outros, de distintas partes do planeta), constatamos a desterritorialização crescente dos povos indígenas, por exemplo, como nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraná, Roraima, Rondônia, Amazonas e, mais perto de nós, no Vale do Ribeira, em São Paulo. Em circunstâncias diferentes e ao mesmo tempo similares, verifica-se o que o sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1998) chama de *dupla ausência*: ao perder a terra, esses povos perdem igualmente sua identidade de indígenas, tornando-se “ausentes” em suas próprias aldeias; por outro lado, nas cidades para onde se deslocam, ao tentar entrar no mercado de trabalho, são considerados cidadãos de segunda ordem, “ausentes” portanto da sociedade urbana¹⁹.

A isso se juntam a indiferença e o descaso das autoridades não só em relação aos primeiros habitantes do continente, mas também em relação

aos descendentes dos escravos africanos, às comunidades quilombolas e às populações ribeirinhas da Região Norte. O agronegócio e a pecuária, o fogo e o garimpo descontrolados contribuem, de forma decisiva, seja para a dizimação desses povos vulneráveis, seja para a extinção de numerosas espécies de fauna e flora. Cabe sempre insistir que, a cada espécie de planta ou de animal em fase de extinção ou que desaparece da face da terra, diminui sensivelmente a qualidade humana de vida em geral, e da vida humana em particular.

O Brasil é também lugar de origem para o tráfico de crianças, adolescentes e jovens (meninos e meninas), em vista da exploração trabalhista ou sexual. O crime organizado em termos globais, além de faturar alto com drogas, armas e outras mercadorias, tem, no tráfico de seres humanos e de órgãos, uma das maiores fontes de renda. Antes de saírem do país, as suas vítimas costumam ser deslocadas de um estado para outro, ou entre as regiões. Os serviços análogos ao trabalho escravo costumam contar não apenas com pessoas adultas, mas também com crianças de ambos os sexos (carvoarias, desbravamento, colheitas, quebradeiras de coco, marisqueiras...).

O conceito de “desplazados” internos está ligado à atuação da guerrilha, de modo especial em países como Colômbia (tempo das FARC) ou no Peru (tempo do Sendero Luminoso). Mas não seria exagero falar de deslocados internos no caso da violência urbana em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Fortaleza, Manaus, Belo Horizonte, Vitória, entre outras capitais. Uma vez mais, os componentes do crime organizado forçam a saída de muitas famílias de favelas e periferias, para evitar tanto o recrutamento de seus filhos, quanto a retaliação por não seguirem as ordens do crime. Onde o Estado se faz ausente predomina o crime organizado, com sua força violenta e implacável, o qual não hesita em assustar, matar e pôr em fuga. A violência contra as mulheres faz muitas destas serem forçadas a se ausentarem de casa e se refugiarem em centros de proteção, fugindo não raro de seus próprios maridos ou companheiros.

Merece um parágrafo particular a situação dos nômades e/o ciganos. Trabalham em geral como circenses ou parquistas, transportando suas tendas, seus pertences e seus artistas populares, às vezes seus animais, de acordo com as necessidades do trabalho. Em não poucos casos, tropeçam com resistência, o preconceito e a discriminação. E essa rejeição não se deve apenas às autoridades constituídas, mas até mesmo à população em geral, como também aos mais diversos setores da sociedade civil. Não são todas as Igrejas, dioceses, paróquias e comunidades, por exemplo, que os recebem de braços abertos. Costumam encontrar olhos desconfiados e dedos em riste.

Temos de incluir, ainda, a “migração pendular”, ou seja, o deslocamento diário, ida e volta, em razão do trabalho, o que ocorre particularmente nas grandes metrópoles, através de vários meios de transporte. Num país continental como o Brasil, não podemos esquecer os técnicos e especialistas de grandes empresas, que vão trabalhar em outro estado, como também os missionários (as), os militares, os médicos, os aviários, os motoristas de caminhão e de

ônibus, enfim a migração devida a determinadas profissões. Por último, temos os turistas, mas sobretudo os trabalhadores ligados ao mundo do turismo. Por trás de uma vitrine turística, levantam-se em geral uma favela, um acampamento, um bairro periférico ou aumentam as pessoas em situação de rua.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com raras exceções, não é difícil retornar ao título. Os migrantes internos na trajetória brasileira, ao lado de uma multidão de outros rostos empobrecidos e vulnerabilizados, representam, sim, “os condenados da terra”. Condenados ao deslocamento compulsório, mas também à *Senzala*, à moradia pobre e precária. Enquanto aos habitantes da Casa Grande estão reservados os privilégios e as benesses intocáveis, aos moradores da *Senzala* cabem as migalhas, os favores. E estes últimos são sempre provisórios e eventuais. No fundo, estão sujeitos ao humor do senhor de plantão. Quando o humor azeda, “a corda rebenta do lado mais fraco”, e os favores se convertem em chicote, em tronco, em polícia ou em exército – numa palavra, em repressão.

Historicamente, e até os dias atuais, sempre e quando os moradores da *Senzala* tentaram transformar os “favores provisórios” em “direitos adquiridos” tiveram de enfrentar as forças da ordem: capatazes, jagunços, policiais, soldados. George Floyd, o afro-americano barbaramente assassinado nos Estados Unidos, em 25 de maio de 2020, constitui o ícone mais recente dessa cadeia de escravidão, seguida de estigmatização e discriminação racial. Mas o “Floyd” brasileiro, digamos assim, chama-se João Pedro, jovem de 14 anos, morto em maio de 2020, dentro da própria casa, numa operação policial, na cidade do Rio de Janeiro. Tanto lá como cá, não faltam outros jovens e adolescentes negros na mira da polícia. Os condenados da terra, em todo o mundo, há tempo perderam suas raízes originais, errando hoje daqui para ali ao sabor dos ventos e das sobras do capital.

Em conclusão, daria para afirmar que, em décadas anteriores, no decorrer do século XX, a migração interna representava, em boa medida, uma forma de ascensão social. Migrava o pai ou o irmão mais velho que, pouco a pouco, chamava o restante da família. E esta, a duras provas, conseguia muitas vezes subir na vida e se reestabelecer. Era mais fácil o acesso ao trabalho, à moradia e a outros serviços. Hoje em dia essa possibilidade se tornou bem mais difícil e complexa. Diminuíram de forma considerável as oportunidades num mercado simultaneamente exigente e saturado. Com o tempo, então, migrar passa a ser uma queda ladeira abaixo, com exceções de sucesso cada vez mais raras. Para a Pastoral Migratória, resulta o duplo e gigantesco desafio: enquanto os migrantes fazem uma *ponte pela sobrevivência* entre os polos de origem e destino, cabe à Igreja construir uma *ponte sociopastoral* de acolhida e de transformação. Por outro lado, transformar toda fuga em uma nova busca. E cada busca representa uma etapa que nos aproxima da pátria definitiva, ao mesmo tempo pré-anúncio e antecipação do Reino de Deus.

NOTAS

¹ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. Erga Migrantes Caritas Christi. Vaticano, 2004. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/migrants/documents/rc_pc_migrants_doc_20040514_erga-migrantes-caritas-christi_po.html>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

² GAY, P. Experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud. Companhia das Letras, São Paulo-SP: 1988-2001.

³ DICKENS, Charles – Vários de seus romances, sempre com fundo histórico.

⁴ ENGELS, Friedrich, Situação da classe trabalhadora na Inglaterra, obra publicada pela primeira vez em 1845.

⁵ DSI – Doutrina Social da Igreja. Corpus de documentos eclesiais ligados à “questão social”.

⁶ SCALABRINI, J. B. Scalabrini, uma voz viva, obra publicada pelas Congregações Scalabrinianas.

⁷ MARX, Karl, Ideologia alemã.

⁸ JANKOWICZ, M. 300.000 marinheiros de navios cargueiros estão presos no mar há meses por causa do Covid, e a situação está se tornando explosiva. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/601652-300-000-marinheiros-de-navios-cargueiros-estao-presos-no-mar-ha-meses-por-causa-do-covid-e-a-situacao-esta-se-tornando-explosiva>>. Acesso em 7 de agosto de 2020.

⁹ Bauman Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2001. 280 p. Além desta, várias obras de Bauman leva o adjetivo *líquido*.

¹⁰ Cfr. MANTOVANI, F. Explosão piora situação dos milhares de refugiados sírios em Beirute. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/08/explosao-piora-situacao-dos-milhares-de-refugiados-sirios-em-beirute.shtml>>. Acesso em 13 de agosto de 2020.

¹¹ SCAVO, N. Queimados no mar, abandonados em terra. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/602158-queimados-no-mar-abandonados-em-terra>>. Acesso em 23 de agosto de 2020. Reportagem de Nello Scavo, publicada pelo jornal Avvenire, em 22 de agosto de 2020, reproduzida pelo portal do IHU, 24/08/2020, com tradução de Luisa Rabolini.

¹² Trata-se, como vimos, de um dos títulos da obra de Bauman.

¹³ PIKETTY, T. Capital e ideologia. Rio de Janeiro: Instrínseca, 2020.

¹⁴ SOUZA, J. A elite do atraso. Rio de Janeiro: Estação Brasil - Sextante, 2019.

¹⁵ Este parágrafo, ligeiramente modificado, foi escrito para a campanha das Irmãs Scalabrinianas sobre o Dia Mundial do Migrante e Refugiado de 2020.

¹⁶ FANON, F. Os condenados da terra, Editora UFJF, 2006.

¹⁷ BEOZZO, J. O. Brasil 500 anos de migrações. São Paulo: Editora Paulinas, 1992; ver também: CASTRO, F. de A Selva. Lisboa: Guimarães & Cia. Editores, sem data.

¹⁸ MARTINS, J. de S. O cativo da terra. São Paulo: Contexto, 2010.

¹⁹ SAYAD, A. A imigração e os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2001. 280 p. Além desta, várias obras de Bauman leva o adjetivo *líquido*.
- BEOZZO, J. O. **Brasil 500 anos de migrações**. São Paulo: Paulinas, 1992.
- CASTRO, F. de **A Selva**. Lisboa: Guimarães & Cia. Editores, sem data.
- ENGELS, F. **Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo : Boitempo, 2010.
- EDICIONES SCALABRINIANAS. **Scalabrini, una voz viva**. Buenos Aires: Ediciones Scalabrinianas, 2004.
- DICKENS, C. **Um conto de natal**. São Paulo: L&PM, 2016.
- _____. **Um conto de duas cidades**. São Paulo: Estação liberdade, 2010.
- _____. **Grandes esperanças**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2012.
- FANON, F. **Os condenados da terra**, Editora UFJF, 2006.
- GAY, P. **Experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- JANKOWICZ, M. **300.000 marinheiros de navios cargueiros estão presos no mar há meses por causa do Covid, e a situação está se tornando explosiva**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/601652-300-000-marinheiros-de-navios-cargueiros-estao-presos-no-mar-ha-meses-por-cao-do-covid-e-a-situacao-esta-se-tornando-expl-ativa>>. Acesso em 7 de agosto de 2020.
- MANTOVANI, F. **Explosão piora situação dos milhares de refugiados sírios em Beirute**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/08/explosao-piora-situacao-dos-milhares-de-refugiados-sirios-em-beirute.shtml>>. Acesso em 13 de agosto de 2020.
- MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. **Erga Migrantes Caritas Christi**. Vaticano, 2004. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/migrants/documents/rc_pc_migrants_doc_20040514_erga-migrantes-caritas-christi_po.html>. Acesso em 20 de setembro de 2020.
- PIKETTY, T. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Instrínseca, 2020.
- SAYAD, A. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCAVO, N. **Queimados no mar, abandonados em terra**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/602158-queimados-no-mar-abandonados-em-terra>>. Acesso em

23 de agosto de 2020. Reportagem de Nello Scavo, publicada pelo jornal *Avvenire*, em 22 de agosto de 2020, reproduzida pelo portal do IHU, 24/08/2020, com tradução de Luisa Rabolini.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil - Sextante, 2019.

RESUMO

As autoridades dos diversos países, da mesma forma que órgãos internacionais, costumam batizar as migrações de “crise humanitária”. Não é raro que movimentos desse gênero coincidam com outros tipos de crise, tais como tensões e conflitos nas fronteiras geográficas, proliferação de acampamentos de prófugos e refugiados, em condições sub-humanas; lacunas e precariedade na infraestrutura de políticas públicas urbanas para acolher os recém-chegados; disputa brutal e silenciosa pelos raros, poucos, sujos e pesados serviços no campo do trabalho informal; abertura de brechas tanto para o tráfico organizado de seres humanos quanto para situações análogas ao trabalho escravo; exploração sexual e trabalhista de menores; deterioração da organização, dos direitos e da dignidade dos trabalhadores. Embora com suas especificidades próprias, as coisas se repetem, com a crise sanitária instalada em todo o planeta pela pandemia da Covid-19. As migrações, de fato, em certas ocasiões podem ocorrer, ao mesmo tempo, como causa e efeito de problemas ligados à saúde. Se, por um lado, determinadas epidemias históricas ou catástrofes humanas tendem a desencadear a fuga massiva de pessoas, por outro lado, o mesmo movimento tende igualmente a desmascarar, escancarar e aumentar carências sanitárias nos lugares de destino. Deve-se ter presente, porém, que a ligação entre migração e crise sanitária não é mecânica. Fatores como desemprego ou subemprego, estrutura fundiária e nível de renda, entre outros, entram em jogo.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19; Migração forçada; Crises econômica; Política e social.

ABSTRACT

Authorities from different countries, as well as international bodies, usually call migration a “humanitarian crisis”. It is not uncommon for movements of this kind to coincide with other types of crisis, such as tensions and conflicts at geographical borders, proliferation of refugee and refugee camps, in subhuman conditions; gaps and precariousness in the infrastructure of urban public policies to welcome newcomers; brutal and silent dispute for the rare, meager, dirty and heavy services in the field of informal work; opening of loopholes for both organized trafficking in human beings and situations analogous to slave labor; sexual and labor exploitation of minors; deterioration of the organisation, rights and dignity of workers. Although with its own specificities, things are repeated, with the health crisis installed across the planet by the Covid-19 pandemic. Migrations, in fact, on certain occasions can occur, at the same time, as a cause and effect of health-related problems. If, on the one hand, certain historical epidemics or human catastrophes tend to trigger the massive flight of people, on the other hand, the same movement also tends to unmask, open up and increase health needs in the places of destination. It should be remembered, however, that the link between migration and the health crisis is not mechanical. Factors such as unemployment or underemployment, agrarian structure and income level, among others, come into play.

Keywords: Covid-19 pandemic; Forced migration; Economic; Political and social crises.